

NOTA À COMUNIDADE DOCENTE

Todos(as) às ruas no dia 31.03

defender os direitos antes que destruam a previdência e os direitos trabalhistas.

A conjuntura de crise que o Brasil está atravessando tem colocado enormes desafios às organizações políticas comprometidas com as lutas e os direitos dos trabalhadores. A velocidade dos acontecimentos tem exigido uma grande capacidade de interpretação dos fenômenos econômicos, políticos e sociais em curso e, acima de tudo, vem impondo respostas rápidas e enérgicas por parte dos trabalhadores e trabalhadoras do país.

Iniciamos o ano de 2017 com a ressaca política da imposição do novo ajuste fiscal, decorrente da aprovação da PEC do teto dos gastos públicos – atual Emenda Constitucional 95. A agenda de reformas proposta pelo governo Temer possui nitidamente medidas restritivas de direitos. Esse é o conteúdo da PEC 287, que pretende operar a mais profunda reforma da Previdência e da reforma trabalhista, sendo esta última representada por uma variedade de projetos de leis que objetivam retirar direitos do trabalho. Os ataques aos direitos têm se intensificado e o governo tem inclusive se utilizado de subterfúgios dos mais ardilosos, vis-à-vis a votação do PL 4302, que generaliza as terceirizações e que foi aprovado no último dia 22 de março através de uma manobra operada pelo Presidente da Câmara Federal, o Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O conjunto de medidas que vêm sendo adotadas e propostas como agenda para o país tem aprofundado uma política que canaliza os recursos do Estado brasileiro para o pagamento de juros e amortização da dívida pública, o que expressa a apropriação do fundo público pelos setores rentistas e financeiros, nacionais e internacionais. A política econômica em curso tem produzido efeitos sociais desastrosos e ampliado o número de desempregados, que já atinge 13 milhões de brasileiros, assim como implicado em maior precarização dos serviços prestados à população através das políticas sociais.

A narrativa construída pelo governo Temer para justificar a reforma da Previdência, baseada na tese do déficit, tem sido facilmente contestada por inúmeras organizações polí-

ticas que, a partir dos dados fornecidos pelo próprio Estado brasileiro, revelam que o suposto déficit não passa de uma propaganda enganosa, de uma fraude contábil. No entanto, a luta contra a PEC 287 continua demandando aos trabalhadores(as) do país a construção de um amplo e democrático processo de lutas e mobilizações que ocupem as ruas, as praças e os locais de trabalho em protesto aos ataques desferidos contra os direitos. As mobilizações ocorridas no mês de março, com as manifestações dos dias 08 e 15.03, têm demonstrado a capacidade de construção da unidade tão necessária para fortalecer as lutas e construir a resistência à altura dos desafios do presente.

Neste sentido, a Direção Executiva da ADUFPB se dirige à categoria docente da UFPB para conclamar todos e todas para, na próxima sexta-feira, 31.03, participarmos de ato público, com concentração às 15h, no Lyceu Paraibano. Juntos vamos contribuir com as lutas e a resistência em defesa da Previdência Social, contra a PEC 287, em defesa dos direitos do trabalho, contra as terceirizações e a reforma trabalhista, por nenhum direito a menos e pela construção da Greve Geral, já convocada por todas as centrais sindicais do país, para o dia 28 de abril.

Aproveitamos a oportunidade para comunicar à categoria docente que nos próximos dias estaremos realizando rodada de Assembleia Geral da ADUFPB para debater a convocatória da Greve Geral. Do nosso ponto de vista, as lutas sociais no país estão crescendo e se fortalecendo, o que pode imprimir recuos por parte do governo e acima de tudo barrar as reformas e medidas restritivas de direitos. Portanto, professor e professora, discutam com seus alunos, familiares, vizinhos e amigos, as implicações das medidas promovidas pelo governo Temer e vamos todos às ruas no dia 31.03 manifestar nossa indignação e protestar em favor dos direitos sociais.

MARCELO SITCOVSKY
Presidente da ADUFPB

28.04 - GREVE GERAL

Centrais Sindicais convocam greve geral para 28 de abril e prometem parar o país

“Dia 28 de abril, vamos parar o Brasil”. Com esta formulação as Centrais Sindicais decidiram por unanimidade os próximos passos da mobilização nacional unificada contra as reformas da Previdência e Trabalhista e contra a terceirização. Todo o mês de abril será dedicado a protestos, atos, paralisações e atividades que culminarão com uma Greve Geral no país no dia 28.

Diversas categorias de trabalhadores vinculadas às Centrais Sindicais devem realizar encontros para organizar a paralisação. Durante toda essa semana (27 a 31 de março), os docentes realizam

uma semana de mobilização e lutas contra as reformas da Previdência e Trabalhista, sendo que nessa terça-feira (28), acontecem atos nos estados em conjunto com demais categorias do serviço público em defesa da Previdência Pública.

Durante a reunião, as centrais sindicais decidiram ainda incluir nos seus calendários de lutas o dia 31 de março, que havia sido apontado como data de mobilização por algumas entidades e movimentos sociais, com a realização de panfletagens e outras ações, servindo para preparar o 28 de abril com suas bandeiras unificadas.

A decisão foi aprovada na tarde de segunda-feira (27) pela CSP-Conlutas, CTB, CUT, UGT, Força Sindical, Intersindical, CSB, CGTB e Nova Central. De acordo com o dirigente da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates, o Mancha, a decisão é fundamental. “Foi muito importante a definição do dia 28 [de abril] contra as reformas da Previdência e Trabalhista e a terceirização. A CSP-Conlutas vai lutar com todas suas forças e organizar pela base uma verdadeira Greve Geral neste dia”, disse, conclamando todas as entidades filiadas à Central a construção da greve geral.

Veja abaixo a **nota oficial** assinada pelas Centrais Sindicais:

“Dia 28 de abril Vamos parar o Brasil

As centrais sindicais conclamam seus sindicatos filiados para, no dia 28, convocar os trabalhadores a paralisarem suas atividades, como alerta ao governo de que a sociedade e a classe trabalhadora não aceitarão as propostas de reformas da Previdência, Trabalhista e o projeto de Terceirização aprovado pela Câmara, que o governo Temer quer impor ao País.

Em nossa opinião, trata-se do desmonte da Previdência Pública e da retirada dos direitos trabalhistas garantidos pela CLT.

Por isso, conclamamos todos, neste dia, a demonstrarem o seu descontentamento, ajudando a paralisar o Brasil.

São Paulo, 27 de março de 2017.

Adilson Araújo
Presidente da CTB

Antonio Neto
Presidente da CSB

Edson Carneiro (Índio)
Secretário Geral Intersindical

José Calixto Ramos
Presidente da Nova Central

Luiz Carlos Prates (Mancha)
Secretaria Executiva da CSP-Conlutas

Paulo Pereira da Silva (Paulinho)
Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah
Presidente da UGT

Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira)
Presidente da CGTB

Vagner Freitas
Presidente da CUT